PROJETO DE LEI nº 1.282, de 2020

EMENDA DE PLENÁRIO Nº	
-----------------------	--

	Dê-se aos §§ 3º e 4° do art. 2° do Projeto de Lei nº 1.282, de 2020, a
seguinte r	edação:
	"Art. 2°
	§ 3° As pessoas a que se refere o caput que contratarem as linhas de
	crédito no âmbito do Pronampe assumirão contratualmente a obrigação
	de fornecer informações verídicas e não rescindir sem justa causa o
	contrato de trabalho de seus empregados no período compreendido
	entre a data da contratação da linha de crédito e 120 (cento e vinte)
	dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.
	§ 4° O não atendimento a qualquer das obrigações de que trata o § 3°
	implica o vencimento antecipado da dívida pela instituição financeira,
	bem como a proibição de obtenção de nova linha de crédito no
	âmbito do Pronampe.
	" (NR)

Inclua-se o seguinte § ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.282, de 2020:

"§ XX Para a pessoa jurídica constituída no ano de 2020, a linha de crédito concedida no âmbito do Programa corresponderá à metade do seu capital social integralizado na data da publicação desta Lei."

	Inclua-se o seguinte § 3°	ao art. 5º do	Projeto de Lei nº	1.282, de
2020:				

Art. 5°	 	 	

§ 3º No caso das pessoas jurídicas constituídas no ano de 2020, a garantia pessoal do proponente será em montante igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do empréstimo contratado." (NR)

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei, apresentado e aprovado pelo Senado Federal, é de relevância singular, vez que cria programa para abertura de linha de crédito facilitado para as microempresas e empresas de pequeno porte num momento extremamente oportuno, em face das atuais e futuras consequências da crise econômico-financeira gerada pela situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus Covid-19.

Todavia, acreditamos que a proposição oferece oportunidades de melhoria. Por isso, apresentamos a presente emenda para possibilitar que as microempresas e empresas de pequeno porte que foram constituídas neste ano de 2020 também possam ter acesso às linhas de crédito criadas pelo PRONAMPE. Ajustou-se, assim, o artigo 2° para incluir essas empresas, bem como o artigo 5°, para que seja dada maior garantia nesses casos.

A medida é de suma importância para a preservação das empresas entrantes no mercado e, por consequência, dos empregos. Além disso, propomos a elevação do período no qual os contratos de trabalho não poderão ser rescindidos.



Pelas razões expostas, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda.

Sala de Sessões, em de de 2020.

Dep. Eli Borges Solidariedade/TO